

Sumário: O resultado do referendo sobre a proibição ou não da venda de armas de fogo no Brasil deu vitória a quem “não” queria a proibição. Refletir sobre esse fato, é avaliar o fundamento sobre o qual foi construída a campanha do “não”: a incompetência do Estado brasileiro em garantir a segurança dos seus cidadãos. A segurança, como direito constitucional a todo cidadão brasileiro bem como aos estrangeiros residentes no Brasil, exige um estado de direito que ainda é preciso construir. Urge rever os fundamentos da nação brasileira, dando à população como um todo, e não apenas a grupos interesseiros, a oportunidade de reconstruir o país.

Abstract: The result of a recent plebiscite about the restriction of sale of fire-arms in Brazil was a victory of those who did not want a prohibition. Thinking about this situation implies making an evaluation of the basic arguments adduced in the campaign to liberate the sale of weapons. What lies at the root of this dilemma is the incompetence of the State to guarantee the safety of its citizens. The point in question is the constitutional right of each citizen and of foreigners residing in this country safeguarded by the law of the land, which needs to be implemented. There is an urgent need of a revision of the basic principles of the nation so as to seize the opportunity to lay the foundation of the nation in benefit of the entire population and not just for a few privileged groups of citizens.

Elucubrações tardias sobre o referendo

*Alexandre Degering**

* O Autor é Licenciado em Filosofia pela FEBE (Fundação Educacional de Brusque) e Bacharel em Teologia pelo ITESC (Instituto Teológico de Santa Catarina).



O povo brasileiro, no mês de outubro p.p., era convocado às urnas para dizer se era contra (“Não”) ou a favor (“Sim”) da proibição da vendas de armas no Brasil. O resultado, como sabemos, foi a vitória esmagadora e incontestável do “Não”. Passado o tempo, com os ânimos mais calmos, os espíritos serenados e estando mais diluída a força da propaganda em torno do assunto, cremos ser o tempo propício para fazermos uma análise deste tema sob um ângulo alternativo.

A questão sobre a qual nos debruçamos é complexa, abrindo inúmeras perspectivas de análise. Optamos por fazer um pequeno estudo da situação do Estado brasileiro, segundo o que podemos perceber com o resultado do referendo. Dentro da ótica que escolhemos, apoiaremos a nossa reflexão na concepção de Pessoa e Estado, do filósofo inglês Thomas Hobbes. Como já afirmamos, este nosso estudo não pretende esgotar o assunto, mas desnudar apenas um aspecto de tantos que esta questão pode apresentar.

Em princípio, precisamos resgatar em nossa memória o fundamento sobre o qual foi construída a campanha do “Não”. A base desta campanha foi afirmar a incompetência do Estado brasileiro em garantir a segurança dos seus cidadãos. Repetiram-se incansavelmente os números da violência, roubos, mortes e seqüestros, acentuando-se a incapacidade da polícia, braço do Estado que deve garantir a segurança, de prevenir o crime e socorrer as vítimas. Em seguida, era apresentada a mais simples solução: o cidadão, possuindo uma arma de fogo, pode defender-se, proteger-se, já que o Estado não o faz. Estes argumentos ecoaram até à exaustão nos meios de comunicação social, calaram fundo no coração do brasileiro, fazendo emergir das urnas um retumbante “Não”. Por melhor que tenha sido planejada a estratégia de marketing, por mais belas que tenham sido as propagandas, o brasileiro não teria dado o seu “Não”, se o sentimento de insegurança e a falta de confiança nos meios ordinários de segurança, não estivessem, pelo menos em germe, na alma dos eleitores. Aliás, este sentimento é retratado e alimentado na televisão, especialmente no final da tarde, quando vemos inúmeros programas que mostram a violência que o brasileiro sofre no seu dia a dia e a revolta contra esta situação. Em qualquer conversa de esquina se ouvem reclamações, lamentos de quem já sofreu alguma forma de violência, e a saudade dos tempos mais calmos de outrora, quando se podia andar tranquilamente na rua. Ou então, é só olhar a arquitetura atual, que antes de primar pelo belo, prima pela segurança, transformando casas e prédios em cofres fortes onde as pessoas se enclausuram com medo de assaltos e seqüestros. Sendo assim, cremos



que o marketing, que na linguagem mercadológica é a ciência de criar necessidades, em um caso de tamanha gravidade, não teve o mérito de criar um sentimento novo, mas apenas levou a desvelar um sentimento que já existia, a libertar um grito, preso na garganta do povo.

A questão da segurança é um direito garantido ao cidadão brasileiro, bem como aos estrangeiros residentes no país, na Constituição de 1988. No seu artigo 5º, ela garante a segurança como um direito inviolável, no artigo 6º a aponta como um direito social e no artigo 144 a confirma como dever do Estado para com o cidadão. Se o Estado tem como dever manter a segurança e a integridade física e moral do cidadão, e não o faz, não está cumprindo com um de seus deveres mais urgentes. Se ele está fracassando em aspecto de tamanha importância para o bem-estar das pessoas, deixando imperar o medo e a insegurança, pode estar decretando a sua sentença de morte. Medo, confusão e caos podem ser os passos derradeiros que levam um estado de direito à desintegração, causando a sua completa ruína.

Mas por que apenas um aspecto, entre tantos, pode fazer ruir um estado de direito? Thomas Hobbes nos dá pistas para respondermos a esta questão. Para ele, a natureza do ser humano tem a sua base na igualdade e não muda com o passar do tempo. Como ele próprio afirma: “A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável” (Leviatã, cap XIII, p. 74). Esta igualdade entre as pessoas faz com que nenhuma possa derrotar definitivamente a outra. Portanto, porque ninguém sabe o que o outro pensa, este outro passa a ser um ponto de interrogação. E como ambas podem desejar a mesma coisa, estão sempre com o espírito armado, em estado de guerra, porque cada pessoa se vê como poderosa, perseguida e traída.

Neste contexto de disputa é que, para Hobbes, nasce o Estado. Os homens, para se preservarem, firmam um contrato, no qual renunciam ao direito de fazer o que bem lhes aprouver, entregando o direito de se defender ao Estado, na pessoa de um soberano, para que este regule, defenda a vida de todos, instaurando a ordem e a paz entre todos. Pois se alguém desejar se apossar de algo que não lhe pertence, ou atentar contra a vida de outrem, o Estado tem o direito, mais ainda, o dever de punir com severidade aquele que destruiu a paz e fez reinar novamente o espírito de



guerra. E Hobbes segue dizendo que, se o Estado, na pessoa do soberano, não for mais capaz de proteger a vida do cidadão, este não tem mais a obrigação de ser obediente àquele, perdendo esta instituição o seu sentido e a sua finalidade. Hobbes aprofunda muito mais esta questão, mas para nós estes pontos já são suficientes para seguir o nosso estudo. É claro que os conceitos hobbesianos não são muito deglutíveis atualmente, especialmente no que tange ao poder absoluto de que goza o soberano sobre os seus súditos. Nem é nosso desejo fundamentar aqui um poder ditatorial, absoluto, mas o que queríamos era resgatar, do pensamento de Hobbes, a função reguladora do Estado no campo das disputas entre as pessoas, tanto no campo econômico como no de poder, ou seja, o dever do Estado de impedir a violência.

Depois de olhar a realidade que nos cerca e confrontando-a com a teoria, podemos concluir que o Estado brasileiro está trilhando um caminho muito perigoso, um caminho que pode levar, senão à ruína, mas a uma situação alarmante, pois grave já está. Ainda há tempo para voltar, para reconstruir e refundar o Estado brasileiro. É preciso que se faça uma profunda revisão da estrutura do Estado, ver qual a sua real função e a quem, a que interesses ela está servindo. Urge “reescrever o contrato” sobre o qual está fundamentada a nação brasileira, dando a todos os brasileiros a oportunidade de reconstruir o seu país, e derrubando os interesses dos grupos, a quem o Estado está servindo, pois este é o real motivo que está levando nosso país ao colapso.

Para que esta reconstrução seja autêntica e eficaz, ela deve nascer da base, da sociedade organizada e não vir através de leis e decretos, de cima para baixo, pois esta via já se mostrou ineficaz, porque viciada. É preciso aprender as lições da história, não cometer os mesmos erros do passado, evitando que surjam os salvadores da pátria que normalmente trilham os caminhos da tirania, segundo o modelo de soberano apresentado no Leviatã. Sabemos que nosso estudo pode, por um lado, ser acusado de excessivo pessimismo na leitura da situação atual, e por outro lado, ser acusado de uma ingenuidade demasiada nas propostas para transformar a realidade. Mas cremos que, se não olharmos os fatos com toda a sua crueza e não apontarmos fórmulas ideais de transformação, apenas colocaremos uma máscara sobre a realidade e, mais cedo ou mais tarde, tudo voltará à situação incerta na qual nos encontramos.

Endereço do Autor:

E-mail: alexandre_degering77@hotmail.com